

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.372 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2001

Senado debate requerimentos que defendem paz no mundo

Dois requerimentos em favor da paz no mundo devem ser votados hoje. Heloísa Helena propõe que o Senado rejeite atos precipitados na reação aos ataques terroristas nos Estados Unidos. Tião Viana requer voto de censura ao governo fundamentalista do Afeganistão.

PÁGINA 8

Projeto torna Educação Física obrigatória no ensino básico

A Educação Física poderá tornar-se obrigatória no currículo do ensino básico. Projeto nesse sentido será examinado hoje pela Comissão de Educação.

PÁGINA 7

Álvaro: CPI do Futebol revelou "seleção" de crimes fiscais

Crimes contábeis e fiscais de uma casta de dirigentes que se consideravam desobrigados de obedecer à lei foram revelados pela CPI do Futebol. A afirmação é do senador Álvaro Dias, ao fazer balanço dos trabalhos da CPI que preside.

PÁGINA 7

Voto eletrônico pode ficar mais seguro

Proposta do senador Roberto Requião que permite conferência e impressão do voto pelo eleitor será examinada hoje pelo Plenário em decisão final



O Plenário do Senado vota hoje o projeto de Roberto Requião que torna mais seguro o voto em urna eletrônica. Segundo a proposta, a urna permitirá a impressão do voto, sua conferência visual e depósito automático, em local

lacrado, após conferência pelo eleitor. Não concordando com o voto impresso, o eleitor terá a opção de votar em separado. Se aprovado pelo Senado, o projeto será submetido a exame da Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3



Tebet e Valadares (sentados) prometem cumprir os prazos estabelecidos pelo Regimento do Senado

Valadares é indicado relator do caso Jader

O presidente do Senado, Ramez Tebet, oficializou ontem a indicação do senador Antonio Carlos Valadares como relator do pedido de abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra Jader Barbalho. Valadares promete entregar o relatório em 72 horas.

PÁGINA 6

O Senado dedica a hora do expediente de hoje a comemorar os 500 anos da passagem de Américo Vespúcio pelo rio

Homenagem aos 500 anos da descoberta do São Francisco

PÁGINA 4



Foto: Fundação Joaquim Nabuco



TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2001

AGENDA

Senador Ramez Tebet
Presidente

14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
18h30 — Participa da solenidade de abertura da exposição alusiva aos 500 anos da descoberta da foz do Rio São Francisco. *Salão Negro do Congresso Nacional*

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: destinada a comemorar os 500 anos da descoberta do Rio São Francisco, registrado por ocasião da passagem pelo rio do navegador Américo Vespúcio, em 4 de outubro de 1501.

Pauta: PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; Requerimento nº 608/00, solicita que o Senado formule voto de censura junto ao governo fundamentalista do Afeganistão, que se autodenomina Emirado Islâmico do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhações pelo regime Talibã; Requerimento nº 516/01, solicita seja levada ao conhecimento do governo brasileiro a posição do Senado Federal, no sentido de que a política externa brasileira, em face dos trágicos acontecimentos do dia 11 de setembro deste ano, busque encorajar as nações amigas quanto a precipitados atos de retaliação contra populações inocentes, a ensejar graves desdobramentos para a paz mundial e o destino da Humanidade; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 20/01, altera redação do artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição federal (dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária.

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Ofício "S" nº 28/01, encaminha ao Senado manifestação do Banco Central do Brasil solicitando interpretação autêntica do Senado sobre o disposto no art. 2º parágrafo 1º, inciso IV, da Resolução nº 78/98, em face da solicitação do Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP/MT), para assinar aditivo contratual junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 4,3 milhões; PRS nº 45/99, modifica a Resolução do Senado nº 22/89, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais; PRS nº 56/99, altera o parágrafo 3º do art. 12 da Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; Ofício "S" nº 18/01, encaminha ao Senado o relatório de gestão fiscal do Ministério Público da União, referente ao primeiro quadrimestre de 2001; PLC nº 83/00, altera a redação do artigo 3º da Lei nº 9.311/96, estendendo a isenção da CPMF (alíquota zero) nos lançamentos a débito nas contas correntes de depósito cujos titulares sejam: missões diplomáticas, repartição consular de carreira e representações de organismos internacionais no Brasil e seus funcionários estrangeiros que não tenham residência permanente no país e membros das famílias desses funcionários que com eles vivam; PLS nº 194/00-Complementar, obriga a União a ressarcir todas as parcelas pertencentes ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e ao Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal (FPE) que foram retidas durante a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF); PLC nº 59/01, acrescenta inciso II ao artigo 6º da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; Mensagem nº 202/01, solicita autorização ao Senado para que o governo brasileiro realize operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polônia, no montante atual de US\$ 3,4 bilhões, na forma dos contratos assinados com o Bank Handlowy w Warszawie, a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos; PLS nº 58/00, institui o Programa de Construção Associativa da Casa Própria; PLS nº 689/99, altera o art. 25 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; PLS nº 548/99, dispõe sobre o adiamento da satisfação das obrigações tributárias devidas pelas empresas fabricantes de veículos automotores; e PLS nº 87/99 (tramitando em conjunto com PLS

nº 239/99), dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491/97. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — CPI de Futebol

Pauta: depoimento do ex-presidente do Flamengo Antonio Augusto Dunshee de Abranches. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 158/01, dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria; PLS nº 157/01, denomina "Governador Mário Covas" o Complexo Industrial Portuário do Pecém (CE); PLS nº 140/01, denomina "Governador Ivan Bichara" o Viaduto Oitizeiro, localizado na BR-230, no município de João Pessoa (PB); PLC nº 62/01, introduz a palavra "obrigatório" após a expressão "curricular", constante do parágrafo 3º do artigo 26 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PLC nº 118/00, denomina "Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos — Governador André Franco Montoro" o Aeroporto Internacional da Cidade de Guarulhos (SP); PLC nº 111/00, denomina "Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes — Gilberto Freyre" o aeroporto localizado na cidade do Recife (PE); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento s/nº, do senador Moreira Mendes, solicitando audiência pública para debater o Programa de Interiorização e Educação a Distância das Instituições Públicas Federais da Amazônia Legal. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PLS nº 599/99, estabelece tarifas diferenciadas para estados por onde circula gás natural, em gasodutos; e requerimentos de solicitação de audiência pública. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: PDL nº 218/01, que aprova o texto do tratado sobre as relações de parceria entre Brasil e Rússia celebrado no dia 22 de junho do ano passado, em Moscou. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 20/01, altera redação do artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição federal (dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados); Mensagem nº 192/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Carlos Alberto Ferreira Guimarães para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Nigéria; Mensagem nº 198/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Celso Luiz Nunes Amorim para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; Mensagem nº 199/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Felipe de Seixas Corrêa para exercer a função de embaixador chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 2/2000, dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLC nº 58/01, acrescenta incisos ao art. 3º da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 517/01, do senador Waldeck Ornelas, solicitando a tramitação conjunta dos PRs nºs 43 e 44, de 2001, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 184/00, dispõe sobre a regulamentação da profissão de cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os conselhos regionais; PLS nº 79/00, altera a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; apreciação, em turno suplementar, do substitutivo ao PLS nº 65/00, acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para determinar que os medicamentos em determinadas apresentações sejam vendidos a granel, na quantidade indicada na prescrição; substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 294/89, dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil e as garantias dos depósitos de rejeitos radioativos; PLS nº 258/00, regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol; PLC nº 29/01, dispõe sobre a indicação de edulcorantes na embalagem de produtos dietéticos e similares; PLS nº 136/01, revoga os artigos 578 e 610 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para extinguir a contribuição sindical prevista em lei; e PLS nºs 5 e 68, de 2000, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica; dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública sobre a "Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Último Quadrimestre", conforme o disposto no art. 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, com a presença do secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

10h — Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Subcomissão de Turismo

Pauta: audiência pública com a presença dos presidentes Celso Cipriani, da Transbrasil; Constantino de Oliveira, da Gol Transportes Aéreos; Daniel Mandelle Martin, da TAM; Ozires Silva, da Varig; Wagner Canhedo, da Vasp; e George Ermakoff, do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, com o objetivo de discutir a "Situação da Aviação Comercial Brasileira". *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública para instruir o PLS nº 650/99, que institui cotas de ação afirmativa para a população negra no acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).
Convidados: presidentes da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Borges Martins, e da Fundação Cultural Palmares, Carlos Alves Moura; professores Neumar Aguiar, do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, e Cristovam Buarque, da Universidade de Brasília; ator Milton Gonçalves, da Rede Globo de Televisão; a secretária-executiva Dulce Maria Pereira, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); ministro Paulo Renato Souza, da Educação; reitora Ivete Sacramento, da Universidade do Estado da Bahia; e Mãe Sílvia de Oxalá, do Instituto Axé Ilê Obá (SP). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática

Pauta: Audiência pública sobre a Medida Provisória nº 2.228-1/01, que estabelece princípios gerais da política nacional do cinema.
Convidados: Evandro Guimarães, vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; Marcos Bitteli, especialista nas áreas de legislação e exibição; Luiz Carlos Barreto, produtor de cinema; Gustavo Dahl, cineasta; e Steve Solot, vice-presidente da Motion Pictures Association (MPA) para a América Latina. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h — CPI do Roubo de Cargas

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti

Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva

e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Para Romeu Tuma, "empresas perceberam que não podem mais se fechar em seus muros"

Responsabilidade social ganha espaço, diz Tuma

Ao destacar a importância da responsabilidade social nas empresas nacionais de pequeno, médio e grande porte e também nas multinacionais, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que "as empresas perceberam que não podem mais se fechar em seus muros". Ele citou pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) realizada em 1999 sobre a responsabilidade social corporativa, que aponta que 56% das companhias em operação no Brasil já estavam investindo em programas e atividades de cunho social ou comunitário e na promoção do voluntariado entre seus funcionários.

Tuma afirmou que a responsabilidade social vem mesclando os interesses econômicos da globalização, na medida em que procura humanizar e dignificar esse processo, e ainda está dando origem a amplo movimento em favor de causas sociais em inúmeros países, entre eles o Brasil, com a participação e o incentivo de instituições particulares, empresas e organismos públicos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e grandes corporações empresariais de natureza nacional e multinacional.

Segundo o parlamentar, os empresários brasileiros também têm se preocupado com a obtenção de certificados de padrão de qualidade internacional e de adequação ambiental, como as normas ISO. Outro exemplo notável das empresas, acrescentou, está nas campanhas da Fundação Abrinq pelos direitos da criança e contra o trabalho infantil.

— Creio que, periódica e individualmente, devemos realizar um balanço social de nossas ações, porque a responsabilidade social transcende o campo corporativo, diz respeito a cada um de nós — concluiu Romeu Tuma.

Senado conclui exame de mudanças na urna eletrônica

Para garantir mais segurança e facilitar a fiscalização, voto será impresso e permitirá conferência pelo eleitor

Em regime de urgência e em turno suplementar, o Senado vota hoje proposta que torna mais seguro e fácil de fiscalizar o voto em urna eletrônica. Trata-se de substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto pelo qual o senador Roberto Requião (PMDB-PR) vem lutando há três anos. Concluída a tramitação no Senado, o projeto será enviado à Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto, a urna eletrônica disporá de mecanismo que permita a impressão do voto, sua conferência visual e depósito automático, sem contato manual, em local previamente lacrado, após conferência pelo eleitor. Caso o eleitor não concorde com o voto impresso, terá a opção de votar em separado.

O projeto foi aprovado com o



Roberto Requião é autor do projeto, que foi discutido com o Tribunal Superior Eleitoral e as lideranças partidárias

apoio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), depois de realizadas diversas audiências públicas. Numa delas, o presidente do TSE, Nelson Jobim, elogiou a solução encontrada pelo Senado. Sobre a opção que o eleitor terá de votar novamente, caso não concorde com o voto impresso, ele explicou que, na hipótese de o problema persistir, a urna

terá de ser submetida a teste e até substituída.

O projeto, que modifica a Lei Eleitoral, estava prestes a ser votado no ano passado, quando foi retirado de pauta pelo senador Roberto Requião, a fim de que se realizassem audiências públicas para aperfeiçoar o texto. Além de Nelson Jobim, contribuíram com sugestões o secretário de Informática do TSE, Paulo Bhering Camarão, e os ministros do Supremo Tribunal Federal José Néri da Silveira e Sepúlveda Pertence.

Foi no âmbito da discussão desse projeto que Nelson Jobim anunciou que, nas eleições de 2002, para dar mais tranquilidade ao eleitor, as seções terão de volta a cabina indevassável de votação, na qual o cidadão poderá votar sem ser visto. Jobim justificou a medida afirmando que, nas eleições do ano que vem, o eleitor terá de escolher seis candidatos diferentes — deputado estadual, deputado federal, dois senadores, governador e presidente.

Valmir Amaral defende uso obrigatório de tacógrafo em carro de motorista novato

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pediu em discurso apoio dos colegas para aprovar projeto de sua autoria obrigando os motoristas recém-aprovados a só dirigir veículos com equipamento que registra velocidades e horários, conhecido por tacógrafo.

A obrigatoriedade de uso do equipamento seria de um ano, mesmo prazo dado atualmente aos novos motoristas, os quais recebem uma "Permissão para Dirigir", só obtendo a Carteira Nacional de Habilitação ao final de 12 meses se não cometerem infrações graves.

Valmir Amaral sustentou que o tacógrafo irá reduzir bastante o número de acidentes no país, especialmente porque os jovens tendem a dirigir em alta velocidade. O senador defendeu também que sejam implantadas com urgência várias normas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, entre elas as multas nas faixas de pedestres, a inspeção anual obrigatória de veículos, a subs-

tituição de quebra-molas por redutores eletrônicos de velocidade e a utilização do bafômetro.

Para ele, a falta de normas detalhadas sobre esses itens pode ser considerada uma das causas do aumento do número de acidentes a partir do segundo ano de vigência do Código de Trânsito. Em 1998, primeiro ano do código, houve uma redução de 10,5% no número de acidentes. A partir de 1999, no entanto, o número de acidentes voltou a subir e "a alegria da primeira hora virou tristeza mais adiante", disse Valmir Amaral.

O senador citou que, no Distrito Federal, o Detran aumentou os valores das multas por excesso de velocidade, passagem sob sinal vermelho e até por parada sobre a faixa de pedestre, fazen-



Valmir Amaral lamenta que o número de acidentes tenha voltado a subir e pede aplicação de normas do Código de Trânsito

do com que essas infrações custem aos motoristas mais de R\$ 500. Explicou que a população, com os novos valores, passou a questionar se o Detran buscava educar os motoristas ou aumentar a arrecadação do governo. Valmir Amaral defende que, para compensar, o governo deve investir mais na educação para o trânsito.



Eduardo Suplicy quer esclarecer denúncia de que o Exército espiona os integrantes do MST

CRE pode ouvir ministros sobre espionagem

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar hoje, a partir das 17h30, requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convocando o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, e o comandante do Exército, general Gleuber Vieira, para prestar esclarecimentos acerca da denúncia de que o Exército espiona os integrantes do Movimento dos Sem Terra desde 1998.

Também deverá ser votado requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) para que a CRE, em audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), debata o tema "As ameaças de medidas protecionistas americanas ao aço brasileiro". O senador propôs que sejam convidados para a audiência pública os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sérgio Amaral, e das Relações Exteriores, Celso Lafer; a presidente da Associação Brasileira de Siderurgia, Maria Sílvia Bastos Marques, e o presidente da Companhia de Siderurgia de Tubarão, José Armando Figueiredo Campos.

A CRE também vai analisar requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) para que os senadores membros das Comissões de Agricultura e de Relações Exteriores do Senado dos EUA sejam convidados a expor, em audiência pública, a questão agrícola americana e a conhecer a realidade agrícola brasileira, particularmente com relação à soja.

Com parecer favorável do senador José Agripino (PFL-RN), a CRE também examinará projeto de lei do ex-senador Luiz Estevão que estabelece tarifas diferenciadas para o gás natural nos estados por onde passam gasodutos.

Senado comemora 500 anos do Rio São Francisco

Descoberto em 1501, pelo navegador Américo Vespúcio, Rio da Unidade Nacional terá sua importância destacada por vários senadores, entre eles Maria do Carmo Alves, autora do requerimento de homenagem



Foto: Fundação Joaquim Nabuco

Com extensão de 2.700 quilômetros, o Rio São Francisco, também conhecido como Rio da Unidade Nacional, banha cinco estados

A hora do expediente da sessão de hoje do Senado será destinada a comemorar os 500 anos da descoberta do Rio São Francisco, ocorrida em 4 de outubro de 1501, data da passagem do navegador Américo Vespúcio. No Salão Negro do Congresso Nacional, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) inaugura uma exposição de quadros e fotos sobre o chamado Rio da Unidade Nacional.

A comemoração decorre de requerimento de iniciativa da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), também subscrito pelos senadores Waldeck Ornélas (PFL-BA), Francelino Pereira (PFL-MG), Renan Calheiros (PMDB-AL), Carlos Wilson (PTB-PE) e Paulo Souto (PFL-BA).

A importância do Rio São Francisco para o país será destacada pela autora do requerimento, senadora Maria do Carmo Alves, e ainda por Waldeck Ornélas, Francelino Pereira,

Carlos Patrocínio (PTB-TO), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB).

A exposição, que se estende até o dia 15 de outubro, terá 22 quadros do pintor Otoniel Fernandes Neto e 40 fotos do francês Alain Dhomé. Otoniel já realizou diversas exposições nas principais capitais brasileiras e em Miami (EUA). Dhomé é um publicitário especialista em arquitetura e trabalha para publicações como *GEO* e *The Observer*.

Jucá destaca investimento em energia na Amazônia

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou os constantes investimentos do governo em usinas e gasodutos na região amazônica, rebatendo "a tese corrente de que o governo do presidente Fernando Henrique se descuidou das políticas direcionadas à produção de energia". Jucá ressaltou o empenho da Eletronorte e da Petrobras, afirmando que a atuação dessas empresas confirma que a questão energética "nunca foi considerada secundária" na região.

Ele lembrou que a Eletronorte investiu, na década de 90, quase R\$ 3 bilhões em geração e transmissão de energia elétrica em todos os estados da região amazônica. Nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, afirmou o senador, os maiores desembolsos ocorreram na segunda metade da década, passando de R\$ 30 milhões na primeira metade para R\$

300 milhões a partir da segunda.

O senador citou, ainda, os projetos de exploração de gás natural na região, ressaltando os esforços que vêm sendo feitos neste sentido pela Eletronorte e pela Petrobras desde 1997. Naquele ano, as duas estatais assinaram documento estabelecendo as bases para a comercialização do gás natural da Bacia do Solimões. A principal medida para a efetivação do projeto, disse o senador, é a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, com data-limite de implantação até julho de 2003.

Depois de fazer uma análise da relação disponibilidade-demanda de energia nos sistemas elétricos da Eletronorte, analisando a situação em cada um dos estados da região, Jucá afirmou que "é forçoso reconhecer o empenho do presidente Fernando Henrique na adoção de uma correta política energética para a Amazônia".



Jucá: na década de 90, o governo investiu R\$ 3 bilhões na geração de energia elétrica nos estados da região

Mauro Miranda quer volta do crédito imobiliário da CEF para classe média

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu a necessidade de a Caixa Econômica Federal (CEF) rever a decisão de acabar com o financiamento de imóveis para quem ganha acima de R\$ 2 mil por mês. Ele comentou que a medida afeta principalmente a classe média baixa, que não tem outra alternativa a não ser comprar seu imóvel via financiamento da Caixa.

— Os que têm dinheiro compram à vista ou com parcelamento a juros menores; os que dispõem de renda maior recorrem aos empréstimos em bancos privados, porque podem suportar prazo de financiamento menor e prestações mais altas; os mais pobres, não, só podem contar mesmo com o crédito da Caixa, que tem as condições mais favoráveis, com prazo estendido até 20 anos — afirmou.

Com o fim do financiamento para quem recebe salário acima de R\$ 2 mil por mês, o senador



Suspensão de financiamento provocará aumento dos preços dos imóveis, alertou Mauro

acredita que os preços de venda e de aluguel dos imóveis ficarão mais caros. Ele explicou que a menor oferta de crédito no mercado para financiar a compra de casas e apartamentos encarecerá os custos da construção.

Mauro Miranda disse que o Senado, que recentemente aprovou a inclusão da moradia como direito constitucional a todos os brasileiros, deve ser sensível ao

anseio da população para ter imóvel próprio. Ele registrou que o Brasil tem atualmente um déficit habitacional de 5,5 milhões de unidades. "Há ainda um déficit social de outros 6,4 milhões de moradias em condições precárias, isso sem falar dos domicílios mal urbanizados e mal localizados", completou.

Caso seja atendido em seu pedido de que a Caixa Econômica volte a financiar imóveis para quem ganha mais de R\$ 2 mil por mês, Mauro Miranda espera que a volta do crédito ora suspenso não implique aumento do juro dos financiamentos. "Se agir dessa forma, estará condenando milhares de famílias brasileiras a permanecerem na situação de sem-casa, porque o custo será altíssimo e insuportável para uma classe média que, perdendo continuamente seu poder aquisitivo, vem empobrecendo inegavelmente ao longo dos últimos tempos", ressaltou.

Tião Viana pede que sociedade apóie vacinação de mulheres contra rubéola

Ao elogiar iniciativa da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de promover, pela primeira vez, a vacinação de mulheres entre 12 e 39 anos de idade contra a rubéola, o senador Tião Viana (PT-AC) pediu, em discurso ontem no Plenário, o apoio de toda a sociedade àquele empreendimento.

A doença pode atingir sem sintomas as mulheres gestantes, causan-

do seqüelas irreversíveis nos bebês, como surdez, cegueira e retardo mental. O senador disse que não é possível mais esperar que apenas o governo aja, acrescentando ser preciso a participação das famílias, escolas, igrejas e autoridades estaduais e locais.

Em sua opinião, o fato de a síndrome da rubéola congênita ser tão comum no Brasil é resultado de uma

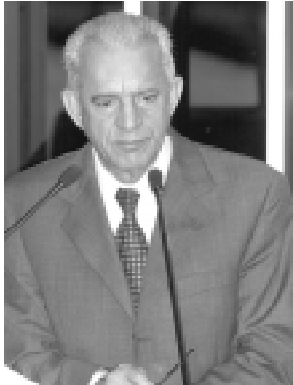
"triste herança": a prática histórica de promover vacinações apenas em campanhas e para crianças de até sete anos, deixando de fora as mulheres em idade fértil.

A vacinação deverá alcançar 2.842 municípios, entre 5 de outubro e 17 de novembro. "Vacinar tantas pessoas é um desafio, mas a iniciativa já encontrou apoio junto a profissionais de saúde", afirmou.

Iris aponta importância da CNA para a economia do país

Por ocasião da comemoração dos 50 anos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o senador Iris Rezende (PMDB-GO) destacou a importância da instituição, constituída por cerca de 2 mil sindicatos espalhados pelo Brasil. O prestígio da CNA, disse o senador, pode ser medido pelo poder de mobilização da entidade. Em 1999, lembrou, a CNA reuniu, durante 15 dias, na Esplanada dos Ministérios cerca de 2 mil caminhões e tratores, em movimento que, entre outras reivindicações, defendia que a dívida agrícola fosse recalculada.

O senador lamentou que os agricultores não tenham sido atendidos no que se refere à dívida agrícola, afirmando que, por essa razão, "muitos produtores foram levados à bancarota e à ruína total".



Iris citou o poder de mobilização da entidade, que reúne 2 mil sindicatos

Com a experiência de quem foi ministro da Agricultura no final da década de 80, Iris disse que muitos dos problemas do campo só puderam ser resolvidos graças às intervenções da CNA. A entidade "trabalhou para que viessem à tona denúncias de prática de *dumping* nas importações" e pela realização da campanha de combate à febre aftosa.

Iris chamou a atenção para a importância da atividade agrícola na economia do país. Segundo disse, a agropecuária registra anualmente superávit na balança comercial de US\$ 8 bilhões, sendo o único setor da economia a apresentar resultado positivo em um período recente.

O senador lembrou ainda que o setor agropecuário contribui com cerca de 13% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Bezerra concorda com TCU sobre repartição de recursos federais

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), presidente da Comissão Mista de Orçamento, manifestou concordância com a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) em que é esclarecido que os coeficientes para repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devem ser definidos com lastro nas estimativas de crescimento da população apuradas até 31 de outubro de cada ano. Segundo Carlos Bezerra, o TCU aponta para o cumprimento do artigo 159 da Constituição federal, que determina a fórmula de distribuição – para os estados, Distrito Federal e municípios – das receitas tributárias arrecadadas pelo governo federal.

Defensor do regular processo de revisão dos índices de atualização dos fundos, o senador afirmou que "é imprescindível evitar,



Para Carlos Bezerra, decisão do TCU aponta para o cumprimento da Constituição

pela utilização de números irrealistas, que a divisão de recursos venha a representar injustiça" para qualquer cidade e estado.

– Isso acontece em Mato Grosso. Reúne nosso estado alguns dos municípios que mais crescem no país e que, no entanto, são altamente prejudicados com a distribuição de recursos públicos à conta de levantamentos estatísticos ultrapassados e de outras distorções que lhes recusam as verbas oficiais a que têm inteiro direito – afirmou.

Carlos Bezerra acrescentou que a decisão do TCU é seguida de determinação, encaminhada à Secretaria de Macroavaliação Governamental, para que a interpretação seja comunicada a todos os municípios, também interessados em requerer a revisão do cálculo dos coeficientes do FPM e que tenham sido prejudicados pelas distorções entre os dados do censo e as estimativas.

CAE analisa alterações na política agrícola nacional

Um dos projetos inclui a apicultura entre as atividades que podem ser beneficiadas por programas de estímulo governamental

Em reunião marcada para hoje, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa duas alterações à lei de 1991 que estabelece as diretrizes da política agrícola nacional. Uma das propostas inclui a apicultura (criação de abelhas) entre as atividades que podem ser beneficiadas por programas de estímulo governamental. Outra determina que o governo federal seja o responsável pela orientação normativa, diretrizes nacionais e execução das atividades agrícolas estabelecidas em lei.

O projeto relativo à apicultura está tramitando na CAE em caráter terminativo. A autora, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), sustenta que a apicultura constitui-se em atividade econômica capaz de aumentar a renda de pequenos e médios produtores rurais. Além disso, afirma, a criação de abelhas aumenta a polinização, contribuindo para a reprodução vegetal e, conseqüentemente, para a produção de grãos e frutas.



Maria do Carmo é autora da proposta que estimula a criação de abelhas

O relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), disse que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) indica a apicultura como importante área da agroindústria, por ajudar na proteção ao meio ambiente. Ao recomendar a aprovação da matéria, o relator manifiesta o entendimento de que o incentivo à apicultura justifica-se, uma vez que o Brasil importa mel apesar de ter capacidade de aumentar significativamente sua produção.

O projeto de lei da Câmara que responsabiliza o governo federal pelas diretrizes nacionais das atividades agrícolas, segundo o relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), soluciona a inconstitucionalidade de dispositivo vetado pela Presidência da República quando a lei foi sancionada. Também, diz, preenche lacuna deixada para a atividade de planejamento do setor no que diz respeito à coordenação nacional e à articulação com os diversos

níveis de governo.

Na reunião de hoje, a CAE, presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), também analisa parecer do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) favorável ao projeto de lei do governo que isenta do pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) as missões diplomáticas e representações de organismos internacionais. O benefício vale também para os funcionários estrangeiros que tenham residência permanente no país.

CASA PRÓPRIA

A pauta da CAE tem outros nove itens, entre eles projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que institui o Programa de Construção Associativa da Casa Própria. O relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), recomenda a aprovação terminativa da matéria.

Os senadores da comissão devem pronunciar-se ainda acerca de parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) favorável à mensagem em que o governo solicita ao Senado autorização para realizar operações de crédito que possibilitem o recebimento antecipado da dívida de US\$ 3,4 bilhões junto à República da Polônia.

Alcântara vai homenagear Padre Cícero

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) anunciou que apresentará projeto de lei mudando o nome da Barragem do Castanhão, no Rio Jaguaribe, para Barragem Padre Cícero. A obra deve ser concluída no final de 2002, e suas águas vão permitir a irrigação de 43 mil hectares, abastecer a população da região metropolitana de Fortaleza e ainda gerar 22,5 megawatts de energia elétrica.

– Sendo verdade que a Barragem do Castanhão é obra redentora para a região, nada mais adequado que também sirva para homenagear aquele que penetrou na alma da sertanejo, buscando compreendê-la por inteiro – observou o senador.

Alcântara lembrou que a homenagem chega no momento em que a Igreja Católica está decidin-

do se reabre o processo que culminou com a suspensão dos votos sacerdotais do Padre Cícero, em 1898.

Segundo a revista *Época* desta semana, "se os teólogos da Congregação para a Doutrina da Fé entenderem que a sentença canônica do passado foi exagerada, e o reintegrarem ao clero, o líder espiritual cultuado por 40 milhões de devotos no país poderá ser conduzido à categoria de beato, tal como o jesuíta José de Anchieta e o religioso paulista Frei Galvão".

O senador afirmou que "o Ceará espera com ansiedade" o fim das



Alcântara apresentará projeto dando o nome de Padre Cícero à Barragem do Castanhão

obras da Barragem do Castanhão, sonho que começou há quase um século – os primeiros estudos técnicos são de 1910. Localizada no município de Jaguaribara, a represa vai se tornar ponto de atração turística, além de permitir a produção de 3.800 toneladas anuais de peixe. Com a

barragem, conforme o senador, estará sepultada a imagem de que o Rio Jaguaribe é uma "artéria aberta por onde escorre e se perde o sangue do Ceará", uma vez que suas águas não serão mais desperdiçadas.

Tebet indica relator de pedido contra Jader

Presidente do Senado escolhe Antonio Carlos Valadares para relatar solicitação de abertura de processo, apresentada pelo Conselho de Ética, e promete convocar a Mesa para deliberar sobre o assunto tão logo receba o documento

O presidente do Senado, Ramez Tebet, oficializou ontem a indicação do segundo-vice-presidente, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), como relator do pedido de abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que será apreciado pela Mesa no prazo de até 15 dias.

Tebet garantiu que, após receber o relatório, convocará a Mesa para deliberar "imediatamente", e que vai cumprir o Regimento e respeitar os prazos. Segundo a Secretaria-Geral, aplica-se à Mesa a regra utilizada para as demais comissões do Senado, que também têm 15 dias úteis nesses casos, à exceção da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que tem até 20 dias. Metade desse prazo poderá ser utilizado pelo relator.

O presidente do Senado assegurou que não vai conversar com Jader Barbalho a respeito da possibilidade de renúncia.

— O juiz dessa decisão é ele próprio. Eu não sou o juiz da renúncia, não posso fazer o que não é de minha competência. O que tenho competência para fazer legalmente, farei, cumprindo os prazos do Regimento — afirmou.

Tebet disse ainda que não houve motivo especial para a escolha



Ramez Tebet (E) recebe Antonio Carlos Valadares e promete cumprir o Regimento do Senado e respeitar os prazos legais

de Valadares, e ressaltou que todos os integrantes da Mesa têm as mesmas qualificações para o desempenho da missão confiada ao segundo-vice.

CONGRESSO

Ramez Tebet manifestou-se disposto a colaborar para a superação dos incidentes que marcaram a última sessão do Congresso, quando

parlamentares discordaram da condução dos trabalhos pela Mesa e o agrediram verbalmente.

— Eu louvo muito os apelos que buscam o entendimento e não acho que essa situação possa ter a proporção que lhe querem atribuir. Eu sou o presidente do Senado e o que puder ser feito para superar, vou fazê-lo — declarou.

Valadares promete dar parecer em 72 horas

O senador Antonio Carlos Valadares, indicado relator, na Mesa do Senado, do pedido de processo por possível quebra de decoro parlamentar contra o senador Jader Barbalho, anunciou que entregará seu relatório no prazo máximo de 72 horas. Ele disse que o relatório tratará apenas de aspectos formais, sem tocar no mérito da questão. O prazo regimental para a entrega do relatório é de sete dias.

Valadares explicou que receberá o processo hoje e começará a estudá-lo logo em seguida.

— É uma missão espinhosa, delicada, mas que eu não poderia recusar. É uma missão institucional, não partidária ou corporativa — afirmou, logo depois de ter sido indicado para a relatoria pelo presidente do Senado, Ramez Tebet.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou na última quinta-feira o relatório que pede



Valadares disse que não poderia recusar "uma missão espinhosa"

a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra Jader. O documento aponta como motivos para o pedido a suspeita de o senador haver mentido sobre sua participação em desvios do Banco do Estado do Pará, quando foi governador do estado, e também de haver retardado as investigações que o Senado decidiu fazer sobre o caso.

Só a partir de uma decisão da Mesa a favor do parecer é que se poderá considerar que existe pro-

cesso contra Jader. E é até a eventual aprovação do relatório por aquele colegiado que o senador pode renunciar ao seu mandato sem com isso perder seus direitos políticos.

Antonio Carlos Valadares afirmou estar consciente dos rumores de que Jader poderia renunciar antecipando-se ao relatório e evitando a cassação. De qualquer forma, garantiu que não se precipitará e emitirá um relatório que respeite "os ditames legais e a opinião pública".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Pressão Alta — Parte 1
 6h30 — Debate — O senador Lúcio Alcântara fala sobre o futuro do livro
 7h30 — Entrevista — A deputada distrital Maninha e o jornalista Fábio Pannúzio falam sobre o conflito na Colômbia
 8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
 8h30 — Saúde/Unip — Pressão Alta — Parte 1
 9h — As Cores do Brasil — Alagoas — Paraíso das águas
 9h30 — Entrevista — O embaixador da República Popular da China, Wan Yongxiang, fala sobre a data nacional da China Popular
 10h — Comissão de Assuntos Econômicos — Em pauta, um pedido do presidente da República para negociar o recebimento antecipado de US\$ 3,4 bilhões de crédito junto ao governo polonês, dívida conhecida por "polonetas". Em pauta, ainda, projeto que cria um programa alternativo destinado a financiar famílias para a construção de casa própria. Pela proposta, pessoas com renda de até 20 salários mínimos (R\$ 3.600) poderão formar condomínios para construção de casas ou apartamentos parcialmente financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). (ao vivo)
 Logo após — Comissão de Educação (gravado)
 13h30 — Debate — O senador Lúcio Alcântara fala sobre o futuro do livro
 14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
 18h30 — Comissão Mista do Mercosul — Reunião para deliberar sobre projeto de decreto legislativo que trata das relações de parceria entre o Brasil e a Federação Russa. (ao vivo)

19h30 — Debate — O senador Lúcio Alcântara fala sobre o futuro do livro
 20h30 — Entrevista — A deputada distrital Maninha e o jornalista Fábio Pannúzio falam sobre o conflito na Colômbia
 21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
 21h30 — CPI do Futebol — Depoimentos de Antônio Augusto Dunshee de Abranches, ex-presidente do Flamengo (gravado)
 Logo após — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
 7h30 — Senado Notícias — em ondas curtas para as Regiões Norte/Nordeste
 8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
 9h — Música e informação
 9h30 — Tanto Mar — Música em Países de Língua Portuguesa
 10h — Comissão de Assuntos Econômicos
 13h30 — Tanto Mar — Música em Países de Língua Portuguesa (reprise)
 14h15 — Senado Notícias — Edição da Tarde
 14h30 — Sessão Plenária do Senado
 17h30 — Comissão de Relações Exteriores
 19h30 — A Voz do Brasil
 20h — Música e informação
 20h30 — Tanto Mar — Música em Países de Língua Portuguesa (reprise)
 22h — Senado Notícias — Edição da Noite
 23h — Jazz & Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirectTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Para Simon, encontro provou que é viável e necessário "dar orientação sadia aos jovens"

Simon ressalta encontro de jovens católicos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) registrou a realização, em Brasília, do 6º Hallel, promovido pela Igreja Católica, que reuniu no último sábado, no Parque da Cidade, cerca de 300 mil jovens para discutir temas ligados à espiritualidade e às questões sociais. O senador, que participou do evento, se disse impressionado com o fato de que "numa época como esta", os jovens atendam ao chamamento da igreja para evento desta natureza.

Em diversos auditórios instalados no pavilhão, eram tratados temas como confissão, terceira idade, saúde, sexualidade e família, e os compromissos e responsabilidades dos cristãos na sociedade atual, informou o senador. Ele destacou a participação dos deficientes visuais e auditivos no evento, que leram a Bíblia em braile e deram depoimentos na linguagem dos sinais, e defenderam sua participação no mercado de trabalho. O evento contou ainda com a participação de bandas de *rock* e de grupos de teatro.

O encontro, afirmou Simon, prova que é viável e necessário "dar orientação sadia aos jovens". Ele lamentou o avanço do uso de drogas entre os jovens e sua presença em atos criminosos, e manifestou sua alegria por ver que eles também aceitam as mensagens de fé e cidadania. O evento, disse o senador, deve servir de exemplo do que cada cidadão pode fazer. Simon defendeu a participação de todos na construção de um país melhor, afirmando que, ao lado das autoridades, a sociedade organizada também é responsável pelo destino do país.

Educação Física poderá tornar-se obrigatória no ensino básico

Comissão de Educação examina hoje substitutivo a projeto de lei da Câmara que inclui a matéria no currículo escolar. Cursos noturnos estarão liberados da obrigatoriedade

A Educação Física poderá passar a ter o mesmo *status* de disciplinas como Matemática, Língua Portuguesa, História e Geografia, conforme substitutivo do senador Moreira Mendes (PFL-RO) a projeto da Câmara dos Deputados que modifica o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para tornar explícito que aquela disciplina é componente curricular obrigatório da educação básica. O projeto, que libera os cursos noturnos dessa obrigatoriedade, está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Educação (CE), às 11h30.

A CE também deverá discutir e votar projetos que homenageiam quatro personalidades. Se aprovadas tais proposições, o gover-



Substitutivo foi apresentado pelo senador Moreira Mendes

nador Mário Covas dará nome ao Complexo Industrial Portuário do Pecém (CE); o Viaduto Oitizeiro, localizado na BR-230, em João Pessoa (PB), passará a chamar-se "Governador Ivan Bichara"; o Aeroporto Internacional de São Pau-

lo/Guarulhos será denominado "Governador André Franco Montoro"; e o Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes terá acrescido a seu nome o do escritor Gilberto Freyre. À exceção desta última proposta, que

tem parecer contrário do senador Roberto Freire (PPS-PE), as demais têm parecer favorável dos seus relatores, respectivamente os senadores Pedro Piva (PSDB-SP), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Moreira Mendes (PFL-RO).

A pauta da comissão inclui ainda a análise de requerimento de Moreira Mendes para que seja realizada audiência pública sobre o Programa de Interiorização e Educação a Distância das instituições públicas federais da Amazônia Legal.

Também deverão ser votados 29 projetos de autorização, renovação e outorga de permissão e concessão de rádios comunitárias, FM (frequência modulada), onda média e de televisão.

Álvaro: CPI do Futebol revelou crimes contábeis e fiscais

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) afirmou ontem que a CPI do Futebol, que ele preside, revelou uma "seleção" de crimes contábeis e fiscais de uma casta de dirigentes privilegiados que se consideravam desobrigados de obedecer à legislação vigente no país. Ele disse esperar que o Ministério Público aprofunde as investigações e leve o Judiciário a punir exemplarmente os culpados pelos crimes de sonegação e evasão fiscal, e lavagem de dinheiro.

Para Álvaro Dias, a CPI trouxe transparência ao mundo do futebol brasileiro, que movimentava R\$ 18 bilhões por ano. "Os primeiros resultados já se fazem sentir: Não estamos mais vendo

contratos faraônicos e salários incríveis", afirmou.

O senador disse que a CPI teria apresentado resultados ainda melhores se não tivesse enfrentado dificuldades para quebrar sigilo bancário, fiscal e telefônico de suspeitos — porque o Supremo Tribunal Federal concedia liminar favorável aos investigados, mesmo com ilícitos visíveis. "Também não conseguimos formar força-tarefa com o Ministério Público, Ministério da Justiça, Polícia Federal e Advocacia Geral da União, para investigar a movimentação do dinheiro desviado do futebol para contas numeradas em paraísos fiscais", declarou.

Para ele, é urgente, também, que a Câmara dos Deputados



Álvaro defendeu fim da imunidade para evitar que parlamentar se recuse a depor

reformule as regras da imunidade parlamentar — o Senado já aprovou proposta nesse sentido — para impedir que parlamentares se recusem a depor na CPI, como fez o deputado Eurico Miranda, presidente do Vasco da

Gama. "Como aceitar que um deputado tenha esse tipo de proteção? A Câmara precisa votar logo esse projeto limitando a imunidade parlamentar, para impedir que seja usada como impunidade parlamentar", defendeu.

Ex-presidente do Flamengo presta depoimento hoje

O ex-presidente do Clube de Regatas do Flamengo Antônio Augusto Dunshee de Abranches será ouvido



hoje, às 10h, pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro.

Dunshee de Abranches, que também é conselheiro vitalício e advogado do clube, terá de esclarecer, entre outras coisas, a origem de uma conta bancária aberta na gestão dele no paraíso fiscal das Ilhas Virgens em nome do Fla-

mengo e que, atualmente, possui cerca de US\$ 750 mil, conforme declarou à imprensa o atual presidente do clube, Edmundo Santos Silva.

O ex-presidente do Flamengo reconhece que a conta nas Ilhas Virgens foi aberta na sua gestão, mas informou, de acordo com a

assessoria da CPI, "que a conta ficou até esquecida pela diretoria porque não ultrapassava os US\$ 900". É essa a dúvida, segundo a assessoria da comissão, que a CPI vai tentar esclarecer ao ouvir Dunshee de Abranches: qual a origem dessa conta e qual é o real valor depositado nela.

Comissão examina parceria Brasil-Rússia

A cooperação abrange uso da energia nuclear para fins pacíficos, não-proliferação nuclear, combate ao crime organizado e ao tráfico internacional de drogas, além da defesa do meio ambiente

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), reúne-se hoje, às 17h30, para deliberar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2001, que trata das relações de parceria entre Brasil e Rússia. O projeto aprova o texto do tratado sobre as relações de parceria entre os dois países celebrado em 22 de junho do ano passado, em Moscou.

De autoria do Poder Executivo, a matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados e tem parecer favorável do relator no Senado, senador José Fogaça. Segundo ele, o projeto é conveniente aos interesses nacionais, permitindo maior diálogo entre os dois países e modernizando as relações internacionais.

As áreas de parceria destacadas no projeto são relevantes, na avaliação do senador, devido à possibilidade de cooperação técnica no setor de utilização nuclear para fins pacíficos. Também são tratadas no acordo parcerias para a desnuclearização e a não-proliferação nuclear, em prol do desenvolvimento comum e da segurança



Para José Fogaça, o projeto é conveniente aos interesses brasileiros

coletiva, bem como para o combate ao crime organizado e ao tráfico internacional de drogas e para a tutela ambiental.

— Não se pode deixar de considerar a importância do tratado em vista das peculiaridades da contraparte. A Federação Russa é um dos principais interlocutores no concerto das nações, devendo merecer especial atenção na condução da política externa — afirma Fogaça em seu parecer.

Após análise pela Comissão do Mercosul, a matéria será encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e, em seguida, votada pelo Plenário.

Lindberg destaca ampliação de relações com a Ucrânia

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) destacou o estreitamento das relações entre o Brasil e a Ucrânia, mencionando as declarações do secretário de Imprensa e Cultura da Embaixada da Ucrânia, Iúri Diudin, de que seu país tem interesse em ampliar o intercâmbio comercial e humanitário com o Brasil. O diplomata, conforme o senador, destacou a relação existente entre os dois países na área médica e chamou a atenção para projetos bilaterais que ainda não foram implementados.

Um dos projetos mencionados por Iúri Diudin, disse Lindberg, trata do intercâmbio entre docentes da Universidade de Brasília e da Universidade Nacional da Ucrânia, cujo convênio já foi assinado, mas não efetivado.

O senador solicitou esforços do reitor da UnB, Lauro Morhy, no sentido de viabilizar a implementação desse convênio, lembrando



Lindberg Cury espera que UnB efetive convênio com Universidade Nacional da Ucrânia

que a troca de conhecimento entre professores e estudantes brasileiros com a comunidade científica ucraniana será importante fonte de conhecimento.

Lindberg destacou o tratamento de ucranianos, que ainda sofrem as consequências do vazamento radioativo da Usina de Chernobyl, no Hospital Evangélico de Curitiba, e o estágio de médicos da Ucrânia no Centro de Transplante de Medula Óssea da Universidade do Paraná.

Senado vota requerimentos em favor da paz no mundo

O Senado deve votar hoje dois requerimentos que revelam a preocupação da Casa com os acontecimentos que ameaçam a paz mundial. De autoria da senadora Heloísa Helena (PT-AL), será votado texto destinado a levar ao conhecimento do governo brasileiro a posição do Senado contra precipitados atos de retaliação na represália aos atentados terroristas cometidos no dia 11 de setembro nos Estados Unidos.

A senadora deseja que a política externa brasileira busque encorajar as nações amigas a não agirem contra populações inocentes e a não praticarem atos capazes de produzir graves desdobramentos para a paz mundial e para o destino da Humanidade. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), esse requerimento foi aprovado com parecer favorável de Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Na mesma sessão, será votado requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) para que o

Tião Viana propõe voto de censura ao governo do Afeganistão, por desrespeito às mulheres



Senado formule voto de censura contra o governo fundamentalista do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros “com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhações pelo regime Talibã”. O texto também foi aprovado na CRE, com parecer favorável do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Também hoje o Senado realiza a quarta sessão de discussão de proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade

(PSB-PA) que aumenta o percentual de receitas tributárias destinadas ao financiamento do setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A proposta eleva de 47% para 48% a parcela do produto da arrecadação dos impostos sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados componente dos fundos constitucionais. O percentual resultante desse aumento integrará a parcela relativa aos fundos de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que fica então aumentada de 3% para 4%.

Eduardo condena o terrorismo e faz apelo ao entendimento

Ao condenar os atentados terroristas em todo o mundo, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) apelou à paz e ao entendimento entre os homens como “único caminho para vencer a barbárie, a intolerância e a violência”, promovendo a segurança coletiva, o bem-estar dos cidadãos e a garantia da manutenção dos valores civilizados.

Segundo o parlamentar, mesmo que o povo americano ou alguns líderes mundiais clamem por vingança, as pesquisas mostram que a maioria absoluta da população do planeta condena a guerra como forma de resposta à barbárie e à brutalidade das ações do terror, como os aten-

tados que ocorreram em Washington e Nova York.

Eduardo Siqueira Campos informou que mais de 70% da opinião pública nos países europeus e mais de 80% na América Latina condenam a guerra como resposta à barbárie, “porque a própria guerra é uma forma bárbara de resolver os problemas humanos”.

— Com essa percepção pode-se dizer que não existem guerras justas. Não por causa de seus objetivos, que podem ser justos, mas por causa de sua natureza — à qual se devem somar hoje suas consequências possíveis — disse.

O senador afirmou que a globalização iguala nações e países, exigindo dos líderes que con-

duzem o processo uma enorme mudança de mentalidade, de consciência e de estratégias na condução das relações globais, não apenas como uma questão de justiça ou de equidade — valores morais — e sim de sobrevivência.

Eduardo Siqueira Campos afirmou que “a tendência instintiva da sociedade, que sempre caminha na frente dos que a conduzem”, é que tem levado os cidadãos, em todo o mundo, a manifestarem seu desejo da paz.

— Mais do que a guerra, a construção de um mundo de paz, justiça e solidariedade há de ser a forma de vencer a barbárie, o terrorismo e a violência — disse.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Lauro Campos e Lindberg Cury